

ARTIGOS

INFLUÊNCIA DA CIVILIZAÇÃO EGÍPCIA SOBRE A OBRA DE MOISÉS

No século passado, alguns filósofos e historiadores de reconhecido valor, procurando apreciar com espírito positivo a personalidade e a obra de Moisés, foram levados a concluir que a velha cultura religiosa e moral dos egípcios tinha sido a principal fonte inspiradora do grande chefe hebreu, tanto na fundação de seu monoteísmo, como na síntese dos sábios preceitos do Decálogo.

Realmente, pondo-se de parte a explicação teológica, não seria possível acreditar que concepções tão elevadas, resultantes de análises tão profundas, pudessem ter surgido espontaneamente entre os israelitas, numa época em que ainda eram simples pastores nômades e em que se mostravam dominados pelo espírito fetichista. Seria anti-filosófico.

Por outro lado, a tradição bíblica robustecia, de certo modo, a hipótese da influência egípcia, e os próprios nomes de Moisés, Pinhas, Hur e Hofni reforçavam a idéia, porque, efetivamente, mais parecem de origem nilótica do que israelita. Na época, por conseguinte, a mencionada hipótese era a melhor possível.

Hoje, entretanto, já seria difícil sustentar este ponto de vista, sem dúvida muito interessante. Os estudos progrediram. A análise minuciosa dos monumentos e das antigas obras, inclusive das diferentes versões da Bíblia, e os comentários críticos realizados nestas últimas décadas trouxeram esclarecimentos que não mais permitem certas conclusões fantasistas. Os conceitos modernos impõem-se, aliás, pela simplicidade.

Em primeiro lugar, cumpre ter em vista que nem a permanência dos hebreus no vale do Nilo, nem o célebre êxodo, podem ser confirmados, mesmo de maneira superficial, por qualquer documento estranho a Israel. Neste particular, os monumentos egípcios, pelo menos até agora, têm-se mantido no mais absoluto mutismo.

Em tal circunstância, e num louvável esforço de explicação para as tradições bíblicas, Winckler, entre outros, formulou uma hipótese muito engenhosa, que se pode resumir da seguinte maneira: Primitivamente, com o nome de Misraim, compreendia-se, não só o Egito, mas toda a região também chamada Misr ou Musri, vale dizer, o norte da Arábia, região a que pertencia parte do vale do Nilo, aos olhos dos habitantes da Ásia. Quando, pois, mais tarde, os hebreus falavam na permanência dos antepassados em Misraim, tinham em vista os desertos ao sul da Palestina, e não própria-

mente o Egito. Existem, de resto, alguns dados históricos insuspeitos, que, de certo modo, consolidam estas idéias.

A hipótese de Winckler (já que estamos no terreno das hipóteses) pode ser rematada pela de Hugo Gressmann, que traçou a marcha conjectural dos hebreus, de maneira muito hábil. Um pequeno grupo de nômades, desta raça, obteve autorização para se fixar nas fronteiras do Egito, numa região de pastagens, entre o delta e o deserto da Arábia. Viria tanguido pela fome, pela sede, ou, talvez, como diz a história de José, por "seus irmãos", que, neste caso, seriam outras tribos mais fortes de beduinos.

As penetrações temporárias de povos pastores, nas fronteiras asiáticas do Egito, sempre foram admitidas pelos faraós, e num documento antiquíssimo, da nona ou da décima dinastia (2360-2160), há referência a nômades que "tentaram descer ao Egito para pedir água, segundo o seu costume, e para dar de beber a seus rebanhos". Aliás, não faltam exemplos de casos semelhantes a este.

Falsa é, porém, a moderna tradição bíblica, que supõe os hebreus dispersos entre os egípcios, vivendo como *felás*, ou instalados na própria capital. Não só por motivos religiosos, mas ainda por se tratar de criadores de cabras e ovelhas, é claro que estes estrangeiros tinham necessariamente de permanecer em lugares onde houvesse pastagens; não no vale do Nilo, mas num território a parte, chamado país de Gochen, ou Gessen. As tradições de Israel colocavam o seu *habitat* primitivo na região de Tanis e Pelusa, mas é provável que o *uádi* Tumilat, habitado, na época, por beduinos, também fizesse parte do país de Gessen, embora não totalmente.

Nesta região, ou nas circunvizinhanças, haviam os faraós da XVIII dinastia construído duas praças fortes para a defesa do Egito. Chamavam-se Pitom e Ramsés.

Quanto a esta última cidade — a que os gregos deram o nome de Pelusa — mais tarde Ramsés I, Seti I (1321-1300) e Ramsés II (1300-1234) a melhoraram e ampliaram consideravelmente. Ramsés II deu-lhe mesmo extraordinário desenvolvimento, transformando-a numa brilhante capital, onde por vêzes residia, utilizando-a como base de abastecimentos para as suas campanhas na Ásia.

Ao que se pode deduzir, foi por esta época que um dos aludidos faraós, talvez Ramsés II, resolveu aproveitar os pastores hebreus como operários, para reconstruir as muralhas, os armazens e os templos das duas praças.

Tornou-se Moisés, desde logo, a alma da resistência israelita à opressão egípcia, resistência tenacíssima, pois era a revolta da ociosidade de nômades contra o trabalho forçado... Seria preferível voltar para o deserto, onde não encontrariam nem água, nem alimento!

E, apesar das imensas dificuldades, evadiram-se os hebreus para as estepes, que se estendem ao sul da Palestina, e nestas estepes permaneceram, miseravelmente, durante quarenta, ou cinqüenta anos, segundo a tradição bíblica...

*

* * *

Que se sabe de verdadeiro a respeito de Moisés, desde então, chefe e guia dos hebreus? Infelizmente, não há documentos contemporâneos, capazes de assegurar-nos, de modo positivo, quem êle foi e o que precisamente empreendeu. Nenhum elemento do Pentateuco pode ter sido, de fato, redigido durante sua existência. Entre a época de Moisés e a época da redação dos mais antigos documentos, que dêle nos falam, houve um espaço de cinco ou seis séculos. Hoje, esta é noção inteiramente pacífica, entre os historiadores.

Já, porém, bem longe vai o tempo em que o desvairamento metafísico pretendia transformar os mais célebres heróis e gênios da Antiguidade em meros seres mitológicos. Não! Moisés existiu e foi, sem dúvida, um desses raros homens, uma dessas individualidades excepcionais que, no passado, deram impulso decisivo à vida política e religiosa dos povos.

Antes de Moisés, é indubitável, as diversas tribos hebraicas não constituíam uma nação, embora reconhecessem que pertenciam tôdas à mesma raça, ou melhor, a uma só etnia. A obra do grande chefe parece ter sido, antes de tudo, uma obra política: a criação de Israel pela fundação de uma religião nacional: Yahvé seria o Deus de Israel, e Israel seria o povo de Yahvé!

Tal foi, provavelmente, o pensamento que resultou de suas meditações, no deserto, diante da fraqueza de seus irmãos e das suas próprias lutas e mútuas perseguições. Antes, aliás, se dermos crédito ao Êxodo, já do "Egito" fugira Moisés para Madian, e aí se casara com a filha de um sacerdote.

Outros povos semitas das vizinhanças possuíam religiões nacionais; entre os moabitas Kemoch era o chefe e a alma da nação, e entre os assírios Achchur desempenhava idêntico papel. A religião criada por Moisés não devia, pois, diferir muito de suas congêneres.

Mas como e de onde surgira para Moisés êste deus Yahvé? Ao que se pode deprender, não só era, nessa época, o *elohim* protetor dos quenianos, como também já o era de algumas dentre as tribos hebréias, possivelmente da própria tribo a que pertenciam antepassados do grande chefe. Jetro ou Hobab, sogro de Moisés, pertencia à tribo dos quenianos, e êstes cultuavam Yahvé desde época remotíssima.

Yahvé era a divindade do Sinai, ou do Horeb, divindade poderosa e feroz, que vivia em permanente contato com certos fenômenos naturais, como o fogo, o relâmpago, o trovão, a tempestade, o tremor de terra, certamente porque uma dessas montanhas santas era um vulcão em franca atividade. Por isto mesmo, como se lê na Bíblia, o terrível nume aparecia, à noite, aos israelitas, no deserto, como uma sarça ardente, e como uma densa coluna de fumo, à claridade diurna.

Êstes ligeiros dados parecem-nos suficientes para provar que, apesar das afirmações do Antigo Testamento, a divindade do Sinai, ou do Horeb, já era talvez conhecida desde tempos imemoriais. Sendo originariamente, como dissemos, o *elohim* protetor dos quenianos, êste fato, de algum modo, explica a inteira ignorância dos hebreus, quanto à verdadeira significação de seu nome. Mesmo a pronúncia do vocábulo Yahvé, entre os israelitas, não é certa e indiscutível. Cumpre notar, entretanto, que êles jãmais pronunciaram Jeová!

Adolfo Lods explica a interessante origem desta estultícia, tão repetida no Ocidente: "êste nome provém de um êrro grosseiro dos primeiros cristãos hebraizantes, que, no século XIII, leram as consoantes do nome divino *Yhwh* com as vogais de *'ădonay* (senhor), palavra que os judeus, por uma questão de respeito, usam na leitura do texto sagrado, o que indicavam, inscrevendo as vogais sob as consoantes do tetragrama, de conformidade com o seu sistema de notação das variantes: *Ye Ho Wa H*".

Apesar da existência do "tratado de exclusividade religiosa Yahvé-Israel", não é possível acreditar que, no cérebro privilegiado de Moisés, existissem verdadeiras noções monoteístas. Yahvé seria o deus da federação hebraica, mas isto não significava que as diferentes tribos deixassem, desde logo, de prestar culto às suas divindades particulares, num politeísmo, aliás, ainda muito rudimentar, eivado mesmo de fetichismo bárbaro e primitivo. E não é de crer que Moisés pusesse em dúvida a existência dessas outras divindades, pois era ainda êste o pensamento que predominava, entre os hebreus, mesmo muito mais tarde. Referindo-se à reforma de Ezequias, diz o redator do livro dos Reis: "Foi êle quem destruiu os altos lugares, quebrou as estátuas (*estelas*), destruiu os bosques (*achera*) e fêz em pedaços a serpente de metal que Moisés tinha fabricado: porque os filhos de Israel até então lhe haviam queimado incenso. Davam-lhe o nome de *nehustân*" (4 Reis, 18,4).

Falou-se, no século passado, da influência de concepções monoteístas, mais ou menos secretas, entre os sacerdotes egípcios, que encorajariam experiências sociais, em larga escala, no estrangeiro, por lhes não ser possível fazê-las no próprio vale do Nilo. . . Mas, infelizmente, não existem dados objetivos sôbre semelhantes fatos, nem é possível crer nesta evolução tão precoce, que seria, sem dú-

vida alguma, o rasgo mais genial da história da Humanidade. Há textos egípcios e babilônios que demonstram, realmente, o grau de adiantamento de certos sacerdotes; êstes homens já concebiam os diversos deuses como sendo, apenas, nomes especiais aplicados a um ser divino único, e assim os vários apelidos corresponderiam às manifestações diferentes de uma só divindade. Mas eram, afinal, concepções teológico-metafísicas muito confusas e imprecisas, e, por isto mesmo, incapazes ainda de exercer sensível influência. De resto, tratava-se antes de especulação panteísta, que de verdadeiro pensamento monoteísta.

É bem verdade que já houvera, no Egito, um fenômeno social curiosíssimo: a revolução chefiada pelo faraó Amenofis IV — Ikhnaton. A côrte desprezou Tebas, indo residir em uma nova capital, que se chamou Ikhatatom (Tell-el-Amarna). A crise política anti-clerical agigantou-se. Foi imenso o esforço dos nobres para se libertarem do domínio, cada vez mais absorvente, dos padres tebanos.

Fala-se, por isto, num período de reis heréticos, e até em tentativa oficial de monoteísmo. Na realidade esta situação perdurou, apenas, durante os governos de Amenofis IV (1380-1362), Saakara, Tutankhamom (1362-1350) e Ay (1350-1345).

O que se pretendia, entretanto, era romper com a velha tradição, para poder impor aos povos conquistados uma nova divindade solar imperial. Tratava-se, pois, não propriamente de um monoteísmo, como se tem repetido, mas de uma nova forma de politeísmo — um politeísmo monárquico, no qual, a divindade superior, Atom, exerceria poderes, não só no Egito, mas na Ásia e no Sudão. Foi, realmente, uma admirável tentativa político-religiosa para ligar povos de raças e religiões diversas, mas que não chegou a sustentar-se durante meio século.

A reforma de Moisés, procurando, apenas, a aproximação de tribos da mesma etnia, mostrava-se incomparavelmente mais modesta. Diz, com muita razão, Jules Soury: "Yahvé, a princípio, era uma divindade inteiramente local. Para os antigos hebreus, não somente Yahvé era deus apenas para Israel, mas não estava, de fato, presente, e não via e não escutava a não ser no país de seu povo; além dos limites do território, que conquistara e legara a Israel, já não era Yahvé quem reinava, mas outros deuses, como êle, igualmente donos e senhores de seus domínios. Pode-se mesmo acrescentar que Yahvé, tal como um antigo fetiche, talvez sob a forma de um aerólito, habitava especialmente a Arca e nela residia; assim havia caminhado em meio dos seus, no deserto; mais de uma vez, a simples presença da Arca, no campo de batalha, havia decidido a vitória. Não se poderá duvidar de que, para Davi e seus contemporâneos, a Arca era o *habitação de Yahvé*. Esta casa ambulante do deus era uma coisa temível, sinistra, pouco

segura mesmo para os verdadeiros crentes, diante da qual todos tremiam, israelitas e filisteus”.

Em 1907, Daniel Völter pretendeu demonstrar que todo o yahvismo não passava de uma transposição da mitologia egípcia: Yahvé correspondia a Chepera, o deus sol; a arca era o féretro de Osiris; Moisés seria Thot, o deus da lua nova, legislador, árbitro e grande mago... Felizmente, êsses devaneios já passaram da moda.

A realidade é que a célebre arca encerrava um fetiche, provavelmente um bloco de pedra do Sinai, testemunha, talvez, da aliança realizada por Moisés. Mas, para a rude mentalidade dêsses pastores, o que os acompanhava, no deserto, dentro do cofre inviolável, era o próprio Yahvé!...

O verdadeiro monoteísmo — o monoteísmo moral — só surgiu, entre os israelitas, com os profetas dos séculos oitavo e sétimo. Moisés, quando muito, pode ter tentado criar uma singular monolatria. Mas, nem isto conseguiu.

*

* *

Já acima falámos da reforma de Ezequias. Pois bem, a reforma de Josias, realizada mais tarde, provavelmente em 622/621, mostra-nos qual ainda era, nessa época, a situação religiosa de Israel, como, aliás, se pode verificar no livro dos Reis (IV, 23, 4 e seg.).

Josias fêz desaparecer do templo de Jerusalém não só os objetos sagrados, realmente estrangeiros, como os altares das divindades celestes: o sol, a lua, os doze signos, “e toda a milícia do céu”, elementos desde longa data entronizados em todos os santuários de Yahvé. Retirou, também, do recinto sagrado, uma *achera*, e acabou com a casa reservada às prostitutas do templo. Extinguiu todos os altos-lugares de Judá, conservando, apenas, o santuário de Jerusalém. Destruiu ou profanou todos os emblemas pagãos (embora muitos fôssem puramente israelitas) não só de Jerusalém, como das vizinhanças. Acabou com o santuário dos sátiros, que ficava perto de uma das portas da cidade. Destruiu o altar onde se queimavam crianças, no vale de Ennom; queimou o carro e os cavalos consagrados ao sol, e extinguiu os altos-lugares dedicados por Salomão a diversas divindades estrangeiras, como Astaroth, Camos e Melcom, no monte das Oliveiras.

Não é possível, portanto, aceitar nem mesmo a existência de uma verdadeira monolatria, entre os israelitas, antes dos profetas. Se Moisés tentou, de fato, instituí-la, havemos de convir, como já dissemos, que não foi muito feliz em sua iniciativa.

*

* *

Passaremos, agora, em sumária revista, o problema relativo ao Decálogo. Sem dúvida, os chamados "Mandamentos da Lei de Deus" podiam ter sido inspirados pelos preceitos que, pouco a pouco, foram sendo instituídos pelos sacerdotes tebanos, através de observações seculares.

Aliás, não nos parece difícil apresentar bases para esta suposição. Basta refletir ligeiramente sobre alguns documentos egípcios, diante dos quais a antiguidade da Bíblia é, por assim dizer, quase insignificante.

Tomaremos, como exemplo, o resumo de uma confissão negativa, segundo o capítulo CXXV do "Livro dos Mortos". Comparando diante do divino tribunal, que o vai julgar, afirmava um defunto, há cerca de quatro mil anos: — "Não pratiquei nenhum mal. Não cometi violência, não roubei, não matei homem traiçoeiramente. Não diminuí as oferendas (dos deuses), não menti, não fiz chorar, não fui impuro, não matei os animais sagrados. Não danifiquei as terras cultivadas, não fui caluniador, não fui colérico, não fui adúltero. Não recusei palavras de verdade, não cometi malefícios contra o rei, nem contra meu pai. Não sujei a água, não fiz o senhor castigar o escravo, não jurei (falso), não estorrei o fiel da balança, não tirei o leite da bôca das crianças. Não apanhei com a rede os pássaros dos deuses, não repeli a água em sua sação, não obstruí nenhum rêgo em sua passagem, não apaguei o fogo fora do tempo. Não desprezei deus em meu coração. Eu sou puro, sou puro, sou puro!".

É nítida a superioridade dos "mandamentos" que desta confissão se podem deduzir, em cotejo com os que são atribuídos a Moisés. Nota-se claramente, entre os egípcios, a existência de princípios que condenavam os pecados de crueldade, cólera, luxúria, orgulho, mentira, vale dizer, as faltas que sobretudo amesquinham a dignidade pessoal.

E, realmente, esse velho egípcio revela-se, pela confissão, talvez muito mais puro, e talvez muito mais educado do que o homem comum do nosso século!

Nas "Máximas" de Ani, célebre escriba, vêm-se muitos dos preceitos fundamentais da elevada moral egípcia cintilar através de exemplos, ao mesmo tempo simples e pitorescos. Diz êle: "Uma mulher, cujo marido está ausente, e que todos os dias te diz: "eu sou bonita", quando não há testemunhas... é um grande pecado, digno de morte, quando se lhe dá ouvidos..."

Digno de morte seria, por conseguinte, o homem que desse ouvidos à sedução, porque cometeria uma deslealdade contra o seu vizinho.

No Decálogo, entretanto, esta regra parece que foi traçada com espírito diverso, muito menos nobre e muito mais grosseiro: a mulher do vizinho é "coisa" que tem dono, e só por isto não pode ser usada sem a sua licença. Diz, com efeito, o mandamento:

“Não cobiçarás a casa do teu próximo: não desejarás a sua mulher, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que lhe pertença”.

Há ainda, no Decálogo, um outro mandamento que proíbe o adultério. Mas a verdade, como lembra Soury, é que, depois dos sacrifícios humanos, a prostituição sagrada era a característica essencial da religião primitiva dos beni-israel. Yahvé exigia, de fato, as primícias, inclusive os primogênitos dos homens; lá está no Êxodo: “Consagra-me todos os primogênitos que abrem o útero de sua mãe entre os filhos de Israel, assim de homens, como de animais, porque todos eles são meus” (13,2). As tendas das prostitutas erguiam-se nos “altos-lugares”, ao lado da *estela* de Baal, ou de Yahvé, e do símbolo de Achera, que era uma simples estaca.

Em Jerusalém, no próprio templo de Yahvé, como vimos, adorava-se o símbolo desta deusa e havia celas para as suas “sacerdotisas”: “Ele (Josias) demoliu as casas dos sodomitas (quedechim), que existiam no templo de Yahvé, onde mulheres urdiam as tendas para Achera” (II Reis, 23,7). O Deuteronomio demonstra que as mulheres e os homens, dêsse mister, entregavam o produto de seu “trabalho” ao tesouro do templo de Yahvé, cujas despesas, de resto, deviam ser formidáveis...

Deixando, porém, de parte todos êsses pormenores, o que devemos ter como rigorosamente certo é o seguinte: nenhum elemento do Pentateuco pode ser referido à época mosaica. O Decálogo, na sua forma atual, não se poderia destinar às tribos nômade, que Moisés procurava unir e guiar. A sua simples leitura mostra-nos que foi redigido para um povo sedentário, que já possuía cidades muradas, criava bovinos e vivia principalmente da agricultura. Deve, pois, ter aparecido muito mais tarde, provavelmente no século VII. A propósito, Adolfo Lods diz textualmente o seguinte: “O *Primeiro Decálogo*, na redação que lhe dá o Deuteronomio (5, 1-21), é posterior a 622, porque apresenta numerosos traços da língua e das idéias do código deuteronomico. Sob a forma em que é apresentado no Êxodo (20, 2-17) ainda é mais tardio, pois contém uma referência à história da criação”.

Nos documentos tradicionais, nas antigas versões dos livros, em que figuram, com grandes variações, os termos primitivos da aliança de Yahvé com Israel, não se encontram, de nenhum modo, as fórmulas sintéticas, que tão grande importância vieram a ter para a civilização ocidental, através do cristianismo.

Isto bem se compreende, porque os deveres morais e sociais que os mandamentos estabelecem, não podiam ocorrer a criadores errantes de cabras e carneiros.

*

* *

Os argumentos acima resumidos negam, pois, inteiramente a Moisés, não só o estabelecimento do monoteísmo, entre os hebreus, mas ainda a própria síntese das fórmulas morais, que hoje se encontram no Decálogo.

Procurando fugir a minúcias desnecessárias, lembraremos ainda, entretanto, antes de terminar, diversos fatos secundários, que também demonstram quanto foi destituída de significação a influência egípcia, durante a fase inicial do desenvolvimento de Israel.

Em verdade, não se pode negar que o santuário de Serabit el-Hadin, na península do Sinai, prove, de certo modo, a infiltração do culto nilótico entre os pastores da região, pois a deusa semítica, que aí se adorava, tinha, sem dúvida, o aspecto geral de Hathor.

É muito provável, também, que a *circuncisão* se tenha introduzido, primitivamente, entre algumas tribos de Israel, por influência africana, porquanto, segundo a versão yahvista, foi nas fronteiras do Egito, e por um madianita, que, pela primeira vez, se praticou essa pequena operação em um hebreu, aliás, pouco antes do êxodo (Êx. 4, 24-26). De mais a mais, a realidade é que se a circuncisão se tornou sistemática e obrigatória, entre os israelitas, no tempo de Josué, foi com o fito de livrar o povo de Yahvé do profundo desprezo que os egípcios mostravam ter pelos incircuncisos.

Quanto ao resto, o exame rigoroso dos fatos prova que a influência do Egito, a princípio, foi nula, ou quase nula.

As idéias dos antigos hebreus sobre a condição dos mortos, por exemplo, ou sobre os tabus alimentares e a ausência de imagens da divindade são conceitos de origem autenticamente semítica, como muito bem explica Adolfo Lods.

O culto fetichico do "bezerro de ouro", em pleno deserto, tal qual hoje se lê no Êxodo, é um pormenor puramente lendário, que, de resto, só foi introduzido no texto primitivo muitíssimo mais tarde, embora ainda com uma ingenuidade irrisória.

Onde, realmente, iriam êsses pobres beduínos encontrar o ouro necessário para fazer o seu ídolo? Roubado aos egípcios? Mas, onde achariam o artista que moldasse a estátua, e onde buscariam os recursos para fundir o metal, nessas estepes desoladas?

Os egípcios, no entanto, não adoravam estátuas de touros; cultuavam os próprios bois, vivos, de carne e osso...

Percebe-se hoje que a tardia introdução da lenda do bezerro de ouro, no texto do Êxodo, teve por objetivo legitimar o culto do touro, dando-lhe uma origem remota, ligando-o à própria época mosaica. Este culto, os israelitas o haviam copiado, não dos egípcios, mas dos cananeus.

Também a divisão do santuário israelita, em "lugar santo" e "lugar santíssimo", não decorreu do exemplo egípcio. Ao que parece, esta divisão só se firmou muito tarde, pois, em Silo, o jovem

Samuel ainda dormia na própria câmara em que se guardava a Arca da Aliança.

Em resumo, portanto, pode-se agora afirmar, que a propalada influência do Egito sobre Israel foi muito tardia, e provavelmente só se positivou por intermédio dos cananeus, que, como se sabe, durante largos anos, foram vassalos dos faraós, conseguindo, assim, assimilar, de algum modo, a cultura e as devoções de seus senhores. A rigor, só mesmo na época de Salomão, e posteriormente, é que se observam, entre os hebreus, fatos indiscutíveis, que demonstram a influência da admirável civilização nilótica.

JOÃO FRANCISCO DE SOUZA.